

O Boletim de Conjuntura publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos, artigos empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano I | Volume 1 | Nº Especial | Boa Vista | 2019

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.3893312>



A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E SUAS CONTRADIÇÕES

*Michel Goulart da Silva**

Resumo

Neste ensaio discute-se os limites impostos pela legislação e pela ação dos governos à chamada autonomia universitária. O ensaio também problematiza o impacto desses elementos no cotidiano e nas práticas de gestão das instituições de ensino superior.

Palavras-chave: Autonomia Universitária; Constituição; Transição Democrática.

Abstract

In this essay we discuss the limits imposed by legislation and government action on the so-called universal autonomy. The essay also problematizes the effects of these elements in the daily life and management practices of higher education institutions.

Keywords: Constitution; Democratic Transition; University Autonomy.

Nos últimos anos, o debate acerca da autonomia universitária se tornou recorrente, em especial diante de intervenções realizadas por parte de diferentes governos ou de outros órgãos, como o Judiciário e o Ministério Público, em diversas instituições. Embora criticado pelos movimentos de trabalhadores e estudantes ligados às instituições de ensino superior, as ações realizadas curiosamente estiveram dentro da legalidade atualmente instituída, mostrando a fragilidade da legislação atualmente vigente e a inexistência de uma efetiva autonomia.

Para uma efetiva autonomia, as instituições deveriam ter a liberdade de escolher a forma de gestão de seu orçamento ou de eleição dos gestores, partindo da mobilização e do amplo debate por parte da comunidade acadêmica, sem imposições ou interferências externas. Entende-se aqui autonomia como liberdade de autogoverno, ou seja, da “direção própria daquilo que é próprio” (RANIERI, 2013, p. 21). Embora prevista na legislação, por meio da Constituição de 1988, o que vigora são mecanismos externos às instituições, que não apenas procuram homogeneizar processos e rotinas, sem levar em conta as especificidades de cada instituição, como centralizam as decisões estratégicas nas mãos dos governos.

Essa autonomia no papel vivenciada pelas instituições de ensino superior não se dá ao acaso. O processo chamado de “transição democrática” foi controlado pelos próprios governantes da ditadura, contando com a conivência da oposição institucional, num pacto que visava manter ao máximo a

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). Email para contato: michelgsilva@yahoo.com.br



estabilidade política e econômica. Esse processo se deu tendo como pano de fundo mobilizações dos trabalhadores e da juventude e colocando no horizonte a defesa de uma efetiva transformação na sociedade brasileira, e inclusive das universidades (SILVA, 2014). Nesse processo emergiu um novo regime, conhecido como Nova República, e uma nova legislação, em especial a Constituição de 1988 e documentos que dela se desdobram, que incorporaram parcialmente elementos das reivindicações das mobilizações operárias, mas mantendo como fundamento a defesa da segurança e da estabilidade capitalista (SILVA, 2019).

Nas instituições de ensino superior o desdobramento desse processo foi um pacto entre os diversos segmentos que garantiu à comunidade acadêmica a liberdade para escolher seus reitores e aos gestores a possibilidade de tomar decisões administrativas sem a intervenção direta do governo. Produto desse acordo foi a possibilidade de realização de “consultas informais” ou mesmo a prerrogativa sobre a gestão de pessoas concedida aos reitores pelo MEC. Contudo, nada disso foi formalizado em leis, sendo produto de decretos ou orientações normativas, sempre permanecendo, portanto, o risco de qualquer setor da comunidade interna ou governo romper o pacto.

Esse pacto começa a se desfazer no contexto das mobilizações de 2013. Nesse processo, as instituições que vinham sustando a Nova República se veem em crise, colocando “para as diferentes forças políticas e econômicas a necessidade de estruturar uma nova forma de dominação por meio do Estado” (SILVA, 2019). Nas universidades se percebe, a partir deste momento, a articulação de setores reacionários que passam a questionar o conteúdo do pacto da transição da ditadura, criticando em especial a paridade nas eleições internas, defendendo que a legislação vigente define que haja um maior peso para o corpo docente nas escolhas de reitores e diretores. Até mesmo os servidores técnico-administrativos, bem como os estudantes, são secundarizados nas propostas defendidas por esses setores reacionários (SILVA, 2015). Além disso, nesse processo se deu início a uma verdadeira caçada aos gestores, em especial pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, havendo uma onda de afastamentos dos cargos ou mesmo de prisões de reitores. Em muitos casos, as acusações se mostraram sem provas ou de impacto muito inferior a publicidade inicial divulgada pelos acusadores ou mesmo pela imprensa.

Nesse sentido, o que se tem atualmente é a crise do pacto da transição, atacado pelos setores reacionários que ganharam força dentro das instituições nos últimos anos e, no momento, ocupam o governo federal. Diante desse cenário, cabe aos trabalhadores e estudantes das instituições de ensino superior debater a necessidade de que cada instituição tenha a possibilidade de se autogovernar, tendo sua estrutura mantida pelo Estado, mas respeitando de forma efetiva as decisões da comunidade acadêmica.



REFERÊNCIAS

RANIERI, Nina. **A autonomia universitária**: as universidades públicas e a Constituição Federal de 1988. São Paulo: Imprensa Oficial, 2013.

SILVA, Michel Goulart da. “Ditadura, transição e democracia na Constituição de 1988”. **Aurora (UNESP)**, vol. 12, n. 1, 2019.

SILVA, Michel Goulart da. “Gestão e trabalho nas instituições públicas de ensino”. **Revista Posição**, vol. 2, n. 2, 2015.

SILVA, Michel Goulart da. “O movimento estudantil e a resistência à ditadura em Santa Catarina”. **Tempos Históricos**, v. 18, n. 1, 2014.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano I | Volume 1 | Nº Especial | Boa Vista | 2019

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima